

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	16
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	40
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	41

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	45

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Ordinária		0,79296
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,79296
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,36691
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,79296
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe R	0,12230
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Ordinária		0,59054
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,59054
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,59054

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.313.498	1.300.608
1.01	Ativo Circulante	113.757	83.232
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	79.938	49.663
1.01.03	Contas a Receber	25.627	20.415
1.01.03.01	Clientes	562	1.200
1.01.03.01.01	Concessionárias	562	1.200
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	25.065	19.215
1.01.03.02.01	Rendas a receber	25.065	19.215
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.320	7.991
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.320	7.991
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.872	5.163
1.01.08.03	Outros	5.872	5.163
1.01.08.03.02	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.03	Outros créditos	5.824	5.115
1.02	Ativo Não Circulante	1.199.741	1.217.376
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.825	1.203
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.825	1.203
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	711	550
1.02.01.09.04	Prêmio de risco - GSF	563	102
1.02.01.09.05	Outros créditos	551	551
1.02.03	Imobilizado	1.184.500	1.201.996
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.143.136	1.159.910
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	41.364	42.086
1.02.04	Intangível	13.416	14.177
1.02.04.01	Intangíveis	13.416	14.177
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.772	13.394
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	180	337
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	464	446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.313.498	1.300.608
2.01	Passivo Circulante	44.070	72.199
2.01.02	Fornecedores	2.298	4.762
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.298	4.762
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.549	8.989
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.507	8.950
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.833	1
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.674	8.949
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	20	6
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	22	33
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.360	8.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.360	8.488
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.360	8.488
2.01.05	Outras Obrigações	9.257	39.092
2.01.05.02	Outros	9.257	39.092
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.711	32.459
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.417	4.268
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	2.129	2.365
2.01.06	Provisões	11.606	10.868
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47	39
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	47	39
2.01.06.02	Outras Provisões	11.559	10.829
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	11.559	10.829
2.02	Passivo Não Circulante	153.245	149.327
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	81.871	80.830
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	81.871	80.830
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	81.871	80.830
2.02.02	Outras Obrigações	45.913	44.196
2.02.02.02	Outros	45.913	44.196
2.02.02.02.05	Uso do bem público	45.554	43.845
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	359	351
2.02.03	Tributos Diferidos	11.799	11.557
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.799	11.557
2.02.04	Provisões	13.662	12.744
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.206	9.167
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	203	235
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	555	505
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.448	8.427
2.02.04.02	Outras Provisões	3.456	3.577
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.456	3.577
2.03	Patrimônio Líquido	1.116.183	1.079.082
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	236.042	259.794
2.03.04.01	Reserva Legal	38.793	38.793

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	12.595	5.302
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	31.045
2.03.04.10	Reserva de Investimento	184.654	184.654
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	60.853	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	356	356

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	69.663	139.174	53.417	106.796
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.522	-26.881	-13.540	-26.089
3.02.01	Custo com energia elétrica	441	-796	-1.141	-2.109
3.02.02	Custo de operação	-13.963	-26.085	-12.399	-23.980
3.03	Resultado Bruto	56.141	112.293	39.877	80.707
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.398	-8.090	-16.132	-19.880
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.412	-7.966	-3.774	-7.420
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.240	-7.702	-3.677	-7.223
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-172	-264	-97	-197
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	14	-124	-12.358	-12.460
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	51.743	104.203	23.745	60.827
3.06	Resultado Financeiro	-2.639	-12.759	-2.785	-14.988
3.06.01	Receitas Financeiras	2.126	4.423	1.458	3.748
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.765	-17.182	-4.243	-18.736
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	49.104	91.444	20.960	45.839
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.736	-30.591	-11.358	-19.814
3.08.01	Corrente	-12.567	-30.349	-5.171	-18.126
3.08.02	Diferido	-4.169	-242	-6.187	-1.688
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	32.368	60.853	9.602	26.025
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	32.368	60.853	9.602	26.025
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,06157	0,10945	0,02187	0,04320
3.99.01.02	PNR	0,00000	0,01223	0,00000	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,06157	0,10945	0,00651	0,04320
3.99.01.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,06157	0,10945	0,00651	0,04320
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.02.01	ON	0,06157	0,10945	0,02187	0,04320
3.99.02.02	PNR	0,00000	0,01223	0,00000	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,06157	0,10945	0,00651	0,04320
3.99.02.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,06157	0,10945	0,00651	0,04320

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	32.368	60.853	9.602	26.025
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	1	1
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	1	1
4.03	Resultado Abrangente do Período	32.368	60.853	9.603	26.026

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	100.891	71.546
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	127.712	96.729
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	91.444	45.839
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	19.553	19.049
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	0	12.650
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	7.293	10.731
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	4.043	3.102
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	35	59
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.388	997
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	1.016	684
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	3.401	3.314
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-470	-106
6.01.01.19	Outros	9	410
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-26.821	-25.183
6.01.02.01	Concessionárias	638	32
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-1.051	-1.132
6.01.02.03	Rendas a receber	-5.850	-790
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-161	9
6.01.02.06	Prêmio de risco - GSF	-461	0
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-709	-703
6.01.02.08	Fornecedores	-2.464	-2.960
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-1.531	-5.618
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	23	6
6.01.02.13	Provisões	-806	-1.664
6.01.02.14	Uso do bem público	-2.185	-1.993
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-237	-792
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-12.027	-9.578
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.335	-1.226
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-1.335	-1.226
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-69.281	-92.296
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-53.500	-70.817
6.03.06	Encargos de dívidas líquido de derivativos	-15.781	-21.479
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	30.275	-21.976
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.663	81.046
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	79.938	59.070

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.04.08	Dividendo adicional aprovado	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.853	0	60.853
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.853	0	60.853
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	236.042	60.853	356	1.116.183

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-34.953	0	0	-34.953
5.04.08	Dividendo adicional aprovado	0	0	-34.953	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.025	1	26.026
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.025	0	26.025
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1	1
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	1	1
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	286.481	26.025	223	1.131.661

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	154.857	127.212
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	153.522	119.023
7.01.02	Outras Receitas	0	122
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.335	8.067
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.025	-29.795
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-74	-1.547
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.828	-7.090
7.02.04	Outros	-2.123	-21.158
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-813	-777
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-1.310	-20.381
7.03	Valor Adicionado Bruto	144.832	97.417
7.04	Retenções	-19.592	-19.085
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.592	-19.085
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	125.240	78.332
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.639	3.748
7.06.02	Receitas Financeiras	4.639	3.748
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	129.879	82.080
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	129.879	82.080
7.08.01	Pessoal	5.848	5.073
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.919	4.049
7.08.01.02	Benefícios	670	776
7.08.01.03	F.G.T.S.	259	248
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.792	32.157
7.08.02.01	Federais	45.522	32.034
7.08.02.02	Estaduais	268	123
7.08.02.03	Municipais	2	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.386	18.825
7.08.03.01	Juros	17.182	18.736
7.08.03.02	Aluguéis	204	89
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	60.853	26.025
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	60.853	26.025

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE ABRIL A JUNHO DE 2016(*)

(*)Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.625 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		2T16	2T15	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.313.498	1.315.805	-0,2%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.116.183	1.131.661	-1,4%
Dívida líquida	R\$ mil	4.293	23.118	-81,4%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,00	0,02	-81,2%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,02	0,17	-88,0%

RESULTADOS	Unidade	1º Trimestre		Var. %	Acumulado		Var. %
		2T16	2T15		6M16	6M15	
Receita Líquida	R\$ mil	69.663	53.417	30,4%	139.174	106.796	30,3%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	-18.361	-28.531	-35,6%	-34.175	-43.860	-22,1%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	441	-1.141	-138,7%	-796	-2.109	-62,3%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	51.743	23.745	117,9%	104.203	60.827	71,3%
EBITDA	R\$ mil	61.903	33.572	84,4%	123.756	79.876	54,9%
Resultado financeiro	R\$ mil	-2.639	-2.785	-5,2%	-12.759	-14.988	-14,9%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	49.104	20.960	134,3%	91.444	45.839	99,5%
Lucro líquido	R\$ mil	32.368	9.602	237,1%	60.853	26.025	133,8%
* inclui depreciação e amortização							
Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	88,86%	62,85%	26,0%	88,92%	74,79%	14,1%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	46,46%	17,98%	28,5%	43,72%	24,37%	19,4%

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 2T16, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 567 GWh, 51,3% inferior aos 1.164 GWh gerados no 2T15 devido à menor vazão afluyente em decorrência do menor volume de chuvas no Norte que sofreu impacto do fenômeno El Niño.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2T16	2T15	var. %	6M16	6M15	var. %
Receita operacional bruta	76.821	59.537	29,0%	153.522	119.023	29,0%
(-) Deduções à receita operacional	-7.158	-6.120	17,0%	-14.348	-12.227	17,3%
(=) Receita operacional líquida	69.663	53.417	30,4%	139.174	106.796	30,3%
Gastos não gerenciáveis	441,0	-1.141,0	-138,7%	-796,0	-2.109,0	-62,3%
Energia elétrica comprada para revenda	809	-789	-202,5%	-59	-1.403	-95,8%
Encargos de uso da rede elétrica	-368	-352	4,5%	-737	-706	4,4%
Outros gastos não gerenciáveis	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Margem bruta	70.104	52.276	34,1%	138.378	104.687	32,2%
Gastos gerenciáveis	-8.201	-18.704	-56,2%	-14.622	-24.811	-41,1%
Pessoal	-3.874	-2.934	32,0%	-6.529	-5.631	15,9%
Materiais e serviços de terceiros	-3.847	-2.973	29,4%	-6.802	-5.748	18,3%
Arrendamentos e aluguéis	-103	-44	134,1%	-199	-84	136,9%
Provisões e contingências	14	-30	-146,7%	-124	-132	-6,1%
Outros gastos gerenciáveis	-391	-12.723	-96,9%	-968	-13.216	-92,7%
EBITDA	61.903	33.572	84,4%	123.756	79.876	54,9%
Depreciação e amortização	-10.160	-9.827	3,4%	-19.553	-19.049	2,6%
Resultado financeiro	-2.639	-2.785	-5,2%	-12.759	-14.988	-14,9%
Imposto de renda e contribuição social	-16.736	-11.358	47,3%	-30.591	-19.814	54,4%
Lucro líquido	32.368	9.602	237,1%	60.853	26.025	133,8%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 69,7 milhões no 2T16, acréscimo de 30,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 16,2 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado positivo de R\$ 0,44 milhões no segundo trimestre de 2016, redução de R\$ 1,59 milhões quando comparado ao resultado negativo de R\$ 1,14 milhões no mesmo período do ano anterior. A justificativa para a reversão do valor deve-se, principalmente, ao ajuste de provisão do GSF.

Comentário do Desempenho

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 8,2 milhões no segundo trimestre de 2016, decréscimo de 56,2% em relação ao segundo trimestre de 2015. A redução é justificada pela despesa não recorrente lançada em junho de 2015 (R\$ 12,5 milhões) dada a descontinuidade do projeto UHE Tupiratins – decisão da empresa pelo provisionamento da redução do valor recuperável do projeto em sua totalidade de acordo com os requisitos do CPC 27.

No segundo trimestre de 2016 o **EBITDA** alcançou R\$ 61,9 milhões, valor 84,4% superior ao alcançado no 2T15, variação positiva devido à maior receita do período e à despesa não recorrente em 2T15.

O **Resultado Financeiro** líquido no 2T16 foi negativo em R\$ 2,63 milhões, 5,2% inferior ao 2T15. A variação é explicada pelo aumento do saldo em aplicações financeiras.

No 2T16, a Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 32,4 milhões, 237,1% superior frente ao mesmo período do ano anterior, em função da maior receita gerada e da despesa não recorrente em 2T15.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	2T16	1T16	var.%	2T15	var.%
(+) Dívida bruta	84.231	98.305	-14,32%	82.188	2,49%
(-) Disponibilidades	-79.938	-96.632	-17,28%	-59.070	35,33%
(=) Dívida líquida	4.293	1.673	156,60%	23.118	-81,43%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 84,2 milhões em 30 de junho de 2016, composta principalmente pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificado como encargos de dívidas.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 79,9 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 4,3 milhões em 30 de junho de 2016, decréscimo de 156,6% em relação ao 1 trimestre de 2016. Essa variação se deve, em maior parte, pela redução do caixa devido ao pagamento de dividendos no 2 trimestre de 2016.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	30/06/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	79.938	49.663
Concessionárias		562	1.200
Rendas a receber	5	25.065	19.215
Impostos e contribuições sociais	6	2.320	7.991
Prêmio de risco - GSF		48	48
Outros créditos		5.824	5.115
Total do Ativo Circulante		113.757	83.232
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados		711	550
Prêmio de risco - GSF		563	102
Outros créditos		551	551
		1.825	1.203
Imobilizado	9	1.184.500	1.201.996
Intangível	10	13.416	14.177
		1.197.916	1.216.173
Total do Ativo Não circulante		1.199.741	1.217.376
TOTAL DO ATIVO		1.313.498	1.300.608
PASSIVO			
	Nota	30/06/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores		2.298	4.762
Impostos e contribuições sociais	6	18.549	8.989
Dividendos	11	2.711	32.459
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	2.360	8.488
Benefícios pós-emprego		47	39
Uso do bem público		4.417	4.268
Provisões	13	11.559	10.829
Outras contas a pagar		2.129	2.365
Total do Passivo Circulante		44.070	72.199
Não circulante			
Tributos diferidos	7	11.799	11.557
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	81.871	80.830
Benefícios pós-emprego		555	505
Uso do bem público		45.554	43.845
Provisões	13	13.107	12.239
Outras contas a pagar		359	351
Total do Passivo Não circulante		153.245	149.327
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	804.459	804.459
Reservas de capital	14.2	14.473	14.473
Reservas de lucros	14.2	236.042	259.794
Outros resultados abrangentes		356	356
Lucros acumulados		60.853	
Total do Patrimônio líquido		1.116.183	1.079.082
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.313.498	1.300.608

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015
Receitas	15	69.663	53.417	139.174	106.796
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	16				
Custo do serviço de energia elétrica		441	(1.141)	(796)	(2.109)
Custo de operação		(13.963)	(12.399)	(26.085)	(23.980)
		(13.522)	(13.540)	(26.881)	(26.089)
Lucro bruto		56.141	39.877	112.293	80.707
Despesas e Receitas operacionais	16				
Despesas gerais e administrativas		(4.240)	(3.677)	(7.702)	(7.223)
Depreciações e amortizações		(172)	(97)	(264)	(197)
Outras despesas e receitas operacionais		14	(12.358)	(124)	(12.460)
		(4.398)	(16.132)	(8.090)	(19.880)
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		51.743	23.745	104.203	60.827
Resultado financeiro	17				
Receitas financeiras		2.126	1.458	4.423	3.748
Despesas financeiras		(4.765)	(4.243)	(17.182)	(18.736)
		(2.639)	(2.785)	(12.759)	(14.988)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	18	49.104	20.960	91.444	45.839
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.567)	(5.171)	(30.349)	(18.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.169)	(6.187)	(242)	(1.688)
		(16.736)	(11.358)	(30.591)	(19.814)
Resultado líquido do período		32.368	9.602	60.853	26.025
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	19				
ON		0,06157	0,02187	0,10945	0,04320
PNR				0,01223	0,01223
PNA		0,06157	0,00651	0,10945	0,04320
PNB				0,03669	0,03669
PNC		0,06157	0,00651	0,10945	0,04320

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 (Em milhares de reais)



	<u>01/04/2016 à</u> <u>30/06/2016</u>	<u>01/04/2015 à</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2016 à</u> <u>30/06/2016</u>	<u>01/01/2015 à</u> <u>30/06/2015</u>
Resultado líquido do período	32.368	9.602	60.853	26.025
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego		1		1
Resultado abrangente do período	<u><u>32.368</u></u>	<u><u>9.603</u></u>	<u><u>60.853</u></u>	<u><u>26.026</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	804.459	14.473	321.434	222	-	1.140.588
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2015			(34.953)			(34.953)
Lucro líquido do período					26.025	26.025
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				1		1
Saldos em 30 de junho de 2015	804.459	14.473	286.481	223	26.025	1.131.661
Saldos em 31 de dezembro de 2015	804.459	14.473	259.794	356	-	1.079.082
Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2016			(23.752)			(23.752)
Lucro líquido do período					60.853	60.853
Saldos em 30 de junho de 2016	804.459	14.473	236.042	356	60.853	1.116.183

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	91.444	45.839
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	19.553	19.049
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		12.650
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	7.293	10.731
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	4.043	3.102
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	35	59
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	1.388	997
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	1.016	684
Ajuste a valor presente	3.401	3.314
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(470)	(106)
Outros	9	410
	127.712	96.729
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	638	32
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(1.051)	(1.132)
Cauções e depósitos vinculados	(161)	9
Prêmio de risco - GSF	(461)	
Rendas a receber	(5.850)	(790)
Outros ativos operacionais	(709)	(703)
	(7.594)	(2.584)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(2.464)	(2.960)
Outros tributos e contribuições sociais	(1.531)	(5.618)
Benefícios pós-emprego	23	6
Provisões	(806)	(1.664)
Uso do bem público	(2.185)	(1.993)
Outros passivos operacionais	(237)	(792)
	(7.200)	(13.021)
Caixa proveniente das atividades operacionais	112.918	81.124
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.027)	(9.578)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	100.891	71.546
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(1.335)	(1.226)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(1.335)	(1.226)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(53.500)	(70.817)
Pagamentos de encargos de dívidas	(15.781)	(21.479)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(69.281)	(92.296)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	30.275	(21.976)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	79.938	59.070
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	49.663	81.046
	30.275	(21.976)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais)



	2016	2015
Geração do valor adicionado	154.857	127.212
Receita operacional	153.522	119.023
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.335	8.067
Outras receitas	122	122
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(10.025)	(29.795)
Custos da energia comprada	(74)	(1.547)
Encargos de uso da rede elétrica	(813)	(777)
Materiais	(1.062)	(1.807)
Serviços de terceiros	(6.766)	(5.283)
Outros custos operacionais	(1.310)	(20.381)
Valor adicionado bruto	144.832	97.417
Retenções		
Depreciações e amortizações	(19.592)	(19.085)
Valor adicionado líquido produzido	125.240	78.332
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.639	3.748
Valor adicionado total a distribuir	129.879	82.080
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	4.919	4.049
Benefícios	670	776
FGTS	259	248
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	45.522	32.034
Estaduais	268	123
Municipais	2	2
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	17.182	18.736
Aluguéis	204	89
	69.026	56.055
Lucros retidos	60.853	26.025
	129.879	82.080

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 30 de junho de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$49.971 (R\$48.113 em 31 de dezembro de 2015).

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no período foi de R\$2.185 (R\$1.993 em 2015).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 20 de julho de 2016.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 2 de março de 2016. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número NE em 31/12/2015	Título da Nota explicativa	Justificativa
2.7	Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas	(a)
5	Concessionárias	(b)
10	Prêmio de risco - GSF	(b)
11	Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo	(b)
14	Fornecedores	(b)
17	Benefício pós emprego	(b)
18	Uso do bem público	(b)
20.3.1	Ágio na emissão de ações	(a)
20.3.3	Reserva de investimento	(a)
20.4	Outros resultados abrangentes	(a)
26.1	Instrumentos financeiros	(c)
26.1.1	Classificação dos instrumentos financeiros	(c)
26.1.2	Valor justo	(a)
26.1.3	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	(a)
29	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de junho de 2016, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 7); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 13.1); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 13.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3 Eventos significativos no período

3.1 Licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 013/2015 sendo arrematada pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa as instalações das linhas de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado, citadas na nota 9.1.1. A Taesa será a responsável pela operação e manutenção das instalações transferidas, as quais passarão a compor a rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão e a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações ficou limitada para 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Em decorrência da licitação, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação destes ativos a partir da competência de junho de 2016 (Nota 9.1.1).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	2.247	14.968
Aplicações financeiras - renda fixa	77.691	34.695
Total	79.938	49.663

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures remunerados a taxas que variam de 72,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.

5 Rendas a receber

	30/06/2016	31/12/2015
Lajeado Energia	18.297	14.027
Paulista Lajeado Energia	1.755	1.345
CEB Lajeado	5.013	3.843
Total	25.065	19.215

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 8).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no período é decorrente de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2015 ser maior que o IPCA projetado para o exercício, houve um acréscimo no CA para o exercício de 2016; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2016 em relação ao exercício anterior de 3,55 p.p..

Os saldos são todos vencidos e estão apresentados ao custo amortizado.

6 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 30/06/2016
Ativo - Compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social		5.493		470	12.027	(4.462)	2.450	(14.517)	1.461
ICMS		13							13
PIS e COFINS		-	240			(8)		(232)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		2.453	811				(2.450)		814
Outros		32							32
Total		7.991	1.051	470	12.027	(4.470)	-	(14.749)	2.320
Passivo - a recolher									
Imposto de renda e contribuição social		1	30.349					(14.517)	15.833
ICMS		6	214		(200)				20
PIS e COFINS		1.739	14.417		(9.114)	(4.470)		(232)	2.340
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		123	203		(226)				100
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	6.746			(6.746)				-
Encargos com pessoal		48	1.387		(1.179)				256
Outros		326			(326)				-
Total		8.989	46.570	-	(17.791)	(4.470)	-	(14.749)	18.549

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia faça ou receba o tributo em um único pagamento.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2015 a título de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, conforme legislação, liquidado em janeiro de 2016.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	2016	2015
		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		199	184			15	19
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.056	2.229			(173)	246
Uso do bem público - CPC 25		16.990	16.359	3.634	3.744	741	575
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.1	26.671	29.558	51.527	52.683	(1.731)	(2.528)
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes						184	
Outras		5.140	4.413	7.694	7.689	722	
Total diferenças temporárias		51.056	52.743	62.855	64.300	(242)	(1.688)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(51.056)	(52.743)	(51.056)	(52.743)		
Total		-	-	11.799	11.557		

7.1.1 Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 12).

7.1.2 Resultados tributáveis futuros

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração ao final de cada exercício. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2025	Total Não circulante
6.195	6.160	6.161	5.305	5.305	13.158	8.772	51.056

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 11), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante		Não circulante		Operacionais	
				30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	2016	2015
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle Comum	160,55	01/08/2002 a 15/12/2032	152	152	-	-	1.017	861
EDP Bandeirante	Controle Comum	160,55	01/08/2005 a 15/12/2032	5	4	-	-	31	30
Uso do sistema de transmissão									
EDP Bandeirante	Controle Comum	-	01/08/2005 a 15/12/2032	16	16	-	-	105	89
				173	172	-	-	1.153	980
Rendas a receber (Nota 5)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta	-	-	18.297	14.027	-	-	109.785	76.377
CEB Lajeado	Acionista não controlador	-	15/01/1998 a 15/01/2033	5.013	3.843	-	-	30.078	20.495
Paulista Lajeado	Acionista não controlador	-	-	1.755	1.345	-	-	10.528	7.324
				25.065	19.215	-	-	150.391	104.196
Outras contas a pagar									
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL	-	-	41	29	(191)	(128)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2015 a 31/12/2018	-	-	318	322	(153)	-
				-	-	359	351	(344)	(128)
				25.238	19.387	359	351	151.200	105.048

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Como resultado da Audiência Pública nº 072/2014, em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699. A partir dessa norma, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas deram entrada, em 2 de maio de 2016, ao pedido de anuência prévia para novo modelo de compartilhamento de recursos humanos, que seguirá o critério regulatório aprovado. O novo critério alocará os gastos com pessoal de maneira proporcional ao ativo imobilizado bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração) e excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que serão compartilhados de forma antecipada.

O pedido foi realizado de forma tempestiva, o que garantiu a prorrogação dos atuais contratos de compartilhamento de atividades e alocação de gastos até que a ANEEL emita decisão final sobre a anuência prévia do novo modelo. Quando a anuência prévia for concedida, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas terão 180 dias para implementar o novo modelo de compartilhamento de recursos humanos.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 28 de julho de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015 com vigência de 48 meses a partir da data de publicação do Despacho e está em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, válida a época da celebração do contrato.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/2008, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 21.2).

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao período findo em 30 de junho (em R\$)

	2016				2015			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	493.653	38.002	70.434	602.089	195.593	38.213	66.027	299.833
Benefícios de curto prazo (b)	4.756	-	-	4.756	4.323	n/a	n/a	4.323
Total	498.409	38.002	70.434	606.845	199.916	38.213	66.027	304.156

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Até 31 de dezembro de 2015, as taxas de depreciação utilizadas estavam previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº367, de 2 de junho de 2009 e atualizadas pela Resolução Normativa nº474, de 7 de fevereiro de 2012. A partir de 1º de janeiro de 2016 passou a vigorar a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que aprovou a revisão do MCPSE. Esta revisão teve como propósito aprimorar o controle patrimonial por meio de acréscimos nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudesse alcançar as novas tecnologias utilizada pelo setor elétrico. Dada a especificidade, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis dos bens e instalações que deverão ser tratadas em outro momento, conforme Nota Técnica nº211/2015 – SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015.

No final da Concessão, o saldo remanescente dos ativos vinculados à concessão serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente.

9.1 Composição do imobilizado

	30/06/2016				31/12/2015			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	692.699	(186.678)	506.021	2,00	692.699	(179.751)	512.948
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,38	330.898	(106.829)	224.069	3,06	332.885	(104.445)	228.440
Máquinas e equipamentos	4,54	402.411	(150.611)	251.800	5,51	400.921	(144.582)	256.339
Veículos	14,29	866	(615)	251	14,29	668	(597)	71
Móveis e utensílios	6,25	9	(2)	7	6,25	9	(1)	8
		<u>1.541.393</u>	<u>(444.735)</u>	<u>1.096.658</u>		<u>1.541.692</u>	<u>(429.376)</u>	<u>1.112.316</u>
Sistema de transmissão de conexão (Nota 9.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias				-	3,33	8.328	(4.468)	3.860
Máquinas e equipamentos	4,80	83.617	(37.529)	46.088	3,40	72.883	(29.594)	43.289
		<u>83.617</u>	<u>(37.529)</u>	<u>46.088</u>		<u>81.211</u>	<u>(34.062)</u>	<u>47.149</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,74	697	(472)	225	10,66	680	(431)	249
Veículos	14,29	340	(264)	76	14,29	339	(243)	96
Móveis e utensílios	6,25	396	(307)	89	6,25	396	(296)	100
		<u>1.433</u>	<u>(1.043)</u>	<u>390</u>		<u>1.415</u>	<u>(970)</u>	<u>445</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.626.443</u>	<u>(483.307)</u>	<u>1.143.136</u>		<u>1.624.318</u>	<u>(464.408)</u>	<u>1.159.910</u>
Imobilizado em curso								
Geração		40.109		40.109		40.871		40.871
Administração		1.255		1.255		1.215		1.215
Total do imobilizado em curso		<u>41.364</u>	<u>-</u>	<u>41.364</u>		<u>42.086</u>	<u>-</u>	<u>42.086</u>
Total do imobilizado		<u>1.667.807</u>	<u>(483.307)</u>	<u>1.184.500</u>		<u>1.666.404</u>	<u>(464.408)</u>	<u>1.201.996</u>

9.1.1 Licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$46.088 (R\$47.149 em 31 de dezembro de 2015) relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/2014 e nº 01/2015 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Conforme descrito na nota 3.1, em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL o qual a Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos, sendo que os respectivos ativos serão transferidos sem ônus à Taesa até 27 de dezembro de 2019.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9.2 Mutações do imobilizado

Nota	Valor líquido 31/12/2015	Adições	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Reclassifica- ção	Valor líquido 30/06/2016
Imobilizado em serviço						
Terrenos	114.510					114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	512.948			(6.927)		506.021
Edificações, obras civis e benfeitorias	232.300		332	(3.847)	(4.716)	224.069
Máquinas e equipamentos	299.877		1.509	(8.075)	4.802	298.113
Veículos	167		198	(38)		327
Móveis e utensílios	108			(12)		96
Total do imobilizado em serviço	1.159.910	-	2.039	(18.899)	86	1.143.136
Imobilizado em curso						
Terrenos	2.082					2.082
Reservatórios, barragens e adutoras	1.594	517				2.111
Edificações, obras civis e benfeitorias	256					256
Máquinas e equipamentos	15.753	484	(2.039)		943	15.141
Adiantamento a fornecedores	2.668				(938)	1.730
Depósitos Judiciais	13.1.1.1 14.305					14.305
Outros	5.428	316			(5)	5.739
Total do imobilizado em curso	42.086	1.317	(2.039)	-	-	41.364
Total do imobilizado	1.201.996	1.317	-	(18.899)	86	1.184.500

Para o período findo em 30 de junho de 2016 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 30 de junho de 2016, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

10 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

10.1 Composição do intangível

Nota	30/06/2016				31/12/2015			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
	20,00	2.976	(893)	2.083	20,00	2.976	(595)	2.381
Direito de concessão - Licenças ambientais								
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	10.1.1	20.137	(9.448)	10.689	3,22	20.137	(9.124)	11.013
		23.113	(10.341)	12.772		23.113	(9.719)	13.394
Sistema de transmissão de conexão								
Servidão permanente								
	6,67	25	(10)	15		111		111
		25	(10)	15		111	-	111
Administração								
Software								
	20,00	1.635	(1.470)	165	20,00	1.635	(1.409)	226
		1.635	(1.470)	165		1.635	(1.409)	226
Total do intangível em serviço		24.773	(11.821)	12.952		24.859	(11.128)	13.731
Intangível em curso								
Geração								
		27		27		27		27
Administração								
		437		437		419		419
Total do intangível em curso		464	-	464		446	-	446
Total do intangível		25.237	(11.821)	13.416		25.305	(11.128)	14.177

10.1.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

10.2 Mutações do intangível

	Valor líquido 31/12/2015	Adições	Amortiza- ções	Reclassifica- ção	Valor líquido 30/06/2016
Intangível em serviço					
Software	226		(61)		165
Servidão permanente	111		(10)	(86)	15
Direito de concessão - Licenças ambientais	2.381		(298)		2.083
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.013		(324)		10.689
Total do intangível em serviço	13.731	-	(693)	(86)	12.952
Intangível em curso					
Outros intangíveis em curso	446	18			464
Total do Intangível em curso	446	18	-	-	464
Goodwill	-	-	-	-	-
Total do Intangível	14.177	18	(693)	(86)	13.416

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**11 Dividendos**

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio (JSCP) são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 11 de abril de 2016, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com distribuição de JSCP no valor de R\$45.000, sendo R\$35.018 líquido de Imposto de renda, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e dividendos no valor de R\$23.752 aos acionistas detentores de ações ordinárias, sendo que o JSCP já havia sido contabilizado em dezembro de 2015. Os respectivos dividendos e JSCP foram pagos em 29 de abril de 2016.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no período:

Passivo	Dividendos				30/06/2016
	31/12/2015	adicionais	Pagamentos	Pagamentos não realizados	
Lajeado Energia	21.729	17.339	(39.068)		-
CEB Lajeado	5.953	4.750	(10.703)		-
Paulista Lajeado Energia	2.084	1.663	(3.747)		-
Acionistas não controladores	2.693			18	2.711
	<u>32.459</u>	<u>23.752</u>	<u>(53.518)</u>	<u>18</u>	<u>2.711</u>

Notas Explicativas



Notas explicativas
 Período findo em 30 de junho de 2016
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
 12.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Finalidade	Forma de pagamento	30/06/2016				31/12/2015						
			Encargos		Principal		Encargos		Principal				
			Circulante	Não circulante	Não circulante	circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	circulante			
Moeda nacional													
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	pagamento do principal ao término da concessão	2.360	42.149	39.722	84.231	8.488	42.730	38.100	89.318			
Total			2.360	42.149	39.722	84.231	8.488	42.730	38.100	89.318			

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 30 de junho de 2016 de R\$84.231 (R\$89.318 em 31 de dezembro de 2015) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**12.2 Mutações dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período**

	Valor líquido em 31/12/2015		Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 30/06/2016
		Pagamentos				
Circulante						
Juros	8.488	(15.781)	7.293	2.360		2.360
	<u>8.488</u>	<u>(15.781)</u>	<u>7.293</u>	<u>2.360</u>	<u>-</u>	<u>2.360</u>
Não circulante						
Principal	38.100				1.622	39.722
Juros	42.730			(2.360)	1.779	42.149
	<u>80.830</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.360)</u>	<u>3.401</u>	<u>81.871</u>

Os juros provisionados de R\$7.293 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 11 de abril de 2016, registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 17).

12.3 Vencimento das parcelas (principal e encargos)

Circulante	
2016	2.360
	<u>2.360</u>
Não circulante	
2017	4.342
2018	3.995
2019	3.675
2020	3.381
2021 até 2025	13.253
2026 até 2030	8.733
2031 até 2033	44.492
	<u>81.871</u>
Total	<u>84.231</u>

13 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	13.1			11.151	10.162
Licenças ambientais	13.2	11.559	10.829	1.956	2.077
Total		<u>11.559</u>	<u>10.829</u>	<u>13.107</u>	<u>12.239</u>

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

13.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

13.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 30/06/2016	Depósito judicial	
							30/06/2016	31/12/2015
Trabalhistas	235				(32)	203	595	461
Cíveis	8.427	173	(399)	(49)	1.296	9.448	31	31
Outros	1.500					1.500		
Total	<u>10.162</u>	<u>173</u>	<u>(399)</u>	<u>(49)</u>	<u>1.264</u>	<u>11.151</u>	<u>626</u>	<u>492</u>
Não circulante								
Total	<u>10.162</u>					<u>11.151</u>	<u>626</u>	<u>492</u>

13.1.1.1 Cíveis**Indenizações**

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2016 é de R\$4.167 (R\$3.688 em 31 de dezembro de 2015).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2016 é de R\$5.281 (R\$4.739 em 31 de dezembro de 2015). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 9.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Trabalhistas	300	203	74	52
Cíveis	85.538	112.754		
Fiscais	2.931	2.847	5	5
Total	88.769	115.804	79	57

13.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se a ações descritas na nota 13.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 30 de junho de 2016 de R\$85.159 (R\$111.729 em 31 de dezembro de 2015).

A variação no período é decorrente da revisão, das estimativas dos valores envolvidos nas ações que discutem as indenizações, ocorrida em junho, na qual houve uma redução nos valores estimados.

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 13.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 30 de junho de 2016 de R\$43 (R\$777 em 31 de dezembro de 2015).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013. Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso, no qual foi negado pelo TRF em junho de 2016. Aguarda-se publicação do acórdão e eventual recurso a ser manejado pela ANEEL.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 30 de junho de 2016 é de R\$168 (R\$150 em 31 de dezembro de 2015).

13.2

Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação da usina, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e também é registrado como um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/2014, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$2.118 (R\$2.363 em 2015). Deste montante, R\$757 (R\$1.368 em 2015) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$1.361 (R\$995 em 2015) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a	Saldo em
	31/12/2015					valor presente	
Circulante	10.829	350	(757)	672	400	65	11.559
Não circulante	2.077			299	(400)	(20)	1.956
Total	12.906	350	(757)	971	-	45	13.515

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$961.794. Para fins de informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 12). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 30 de junho de 2016 face a 31 de dezembro de 2015. Segue a composição do Capital social:

	30/06/2016 e 31/12/2015											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
Acionistas												
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Fumas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

14.2 Reservas

	Nota	30/06/2016	31/12/2015
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Legal		38.793	38.793
Retenção de lucros	14.2.1	12.595	5.302
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		184.654	184.654
Dividendo adicional proposto	14.2.2		31.045
		<u>236.042</u>	<u>259.794</u>
Total		250.515	274.267

14.2.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

O aumento da rubrica no montante de R\$7.293 foi em consequência do ajuste dos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme AGO de 11 de abril de 2016.

14.2.2 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$31.045, R\$23.752 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 11) e R\$7.293 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 12.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 11 de abril de 2016.

15 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas mensalmente no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

	Movimento do Período				Acumulado do Período			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015
Suprimento de energia elétrica	8.363	10.734	1.430	1.675	17.144	21.659	2.835	3.336
Energia de curto prazo	1.499		53	66	3.295		12	96
Arrendamentos e alugueis			75.195	57.644			150.390	115.289
Outras receitas operacionais			143	152			285	302
Receita operacional bruta	9.862	10.734	76.821	59.537	20.439	21.659	153.522	119.023
(-) Deduções à receita operacional			(7.158)	(6.120)			(14.348)	(12.227)
PIS/COFINS			(7.106)	(5.508)			(14.201)	(11.010)
P&D			(13)	(534)			(24)	(1.068)
Outros encargos			(39)	(78)			(123)	(149)
Receitas	9.862	10.734	69.663	53.417	20.439	21.659	139.174	106.796

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**16 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da produção e do serviço: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Movimento do Período					
	01/04/2016 à 30/06/2016				01/04/2015 à 30/06/2015	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda	(809)				(809)	789
Encargos de uso da rede elétrica	368				368	352
	(441)	-	-	-	(441)	1.141
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		2.228	1.646		3.874	2.934
Material		157	37		194	231
Serviços de terceiros		1.458	2.195		3.653	2.742
Depreciação		9.659	149		9.808	9.335
Amortização		329	23		352	492
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(14)	(14)	30
Aluguéis e arrendamentos			103		103	44
Perdas na desativação e alienação de bens						12.328
Outras		132	259		391	395
	-	13.963	4.412	(14)	18.361	28.531
Total	(441)	13.963	4.412	(14)	17.920	29.672

	Acumulado do Período					
	01/01/2016 à 30/06/2016				30/06/2015	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda	59				59	1.403
Encargos de uso da rede elétrica	737				737	706
	796	-	-	-	796	2.109
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		3.743	2.786		6.529	5.631
Material		301	71		372	391
Serviços de terceiros		2.541	3.889		6.430	5.357
Depreciação		18.641	219		18.860	18.362
Amortização		648	45		693	687
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				124	124	132
Aluguéis e arrendamentos			199		199	84
Perdas na desativação e alienação de bens						12.328
Outras		211	757		968	888
	-	26.085	7.966	124	34.175	43.860
Total	796	26.085	7.966	124	34.971	45.969

17 Resultado financeiro

Nota	Movimento do Período		Acumulado do Período		
	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015	
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras e cauções		2.007	1.293	3.889	3.366
Juros e multa sobre impostos	6	63		470	106
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(104)		(216)	
Outras receitas financeiras		160	165	280	276
		2.126	1.458	4.423	3.748
Despesas financeiras					
Encargos de dívidas	12.2		1	(7.293)	(10.731)
Variações monetárias moeda nacional		(481)	(269)	(971)	
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF			(24)		(24)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(543)	(431)	(1.264)	(865)
Ajustes a valor presente		(1.609)	(1.892)	(3.269)	(3.649)
Atualização monetária uso do bem público		(2.101)	(1.581)	(4.219)	(2.949)
Atualização monetária e juros - GSF				(82)	
Benefícios pós-emprego		(18)	(19)	(35)	(39)
Outras despesas financeiras		(13)	(28)	(49)	(53)
		(4.765)	(4.243)	(17.182)	(18.736)
		(2.639)	(2.785)	(12.759)	(14.988)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	IRPJ / CSLL		IRPJ / CSLL	
	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015
Lucro antes do IRPJ e CSLL	49.104	20.960	91.444	45.839
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(16.695)	(7.126)	(31.091)	(15.585)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(26)	(6)	(26)	(9)
Perdas indedutíveis		(4.232)		(4.232)
Outras	(21)		(23)	
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores			537	
Outras	6	6	12	12
Despesa de IRPJ e CSLL	(16.736)	(11.358)	(30.591)	(19.814)
Alíquota Efetiva	34,1%	54,2%	33,5%	43,2%

19 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No período de 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/04/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2016 à 30/06/2016	01/01/2015 à 30/06/2015
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:				
Ordinárias (ON)	24.765	8.798	44.022	17.375
Preferenciais Classe "R" (PNR)			3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1.003	106	1.783	704
Preferenciais Classe "B" (PNB)			189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	6.600	698	11.733	4.631
	32.368	9.602	60.853	26.025
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)				
Ordinárias (ON)	402.202	402.202	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199	107.199	107.199
	786.406	786.406	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)				
Ordinárias (ON)	0,06157	0,02187	0,10945	0,04320
Preferenciais Classe "R" (PNR)			0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,06157	0,00651	0,10945	0,04320
Preferenciais Classe "B" (PNB)			0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,06157	0,00651	0,10945	0,04320

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Movimento do Período			Acumulado do Período		
	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 19.1	Resultado por classe de ações	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 19.1	Resultado por classe de ações
2015						
Ordinárias (ON)	4.911	3.887	8.798	13.310	4.065	17.375
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.120	(3.120)		8.457	(5.331)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	199	(93)	106	539	165	704
Preferenciais Classe "B" (PNB)	63	(63)		171	18	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.309	(611)	698	3.548	1.083	4.631
	9.602	-	9.602	26.025	-	26.025
2016						
Ordinárias (ON)	16.555	8.210	24.765	31.123	12.899	44.022
Preferenciais Classe "R" (PNR)	10.519	(10.519)		19.776	(16.650)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	670	333	1.003	1.260	523	1.783
Preferenciais Classe "B" (PNB)	212	(212)		399	(210)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	4.412	2.188	6.600	8.295	3.438	11.733
	32.368	-	32.368	60.853	-	60.853

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.1 Direitos das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.1 Instrumentos financeiros

20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Nota	Níveis	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
		Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
	4				
Caixa e equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras	Nível 2	77.691	34.695	77.691	34.695
Empréstimos e recebíveis					
	4				
Caixa e equivalentes de caixa					
Bancos conta movimento		2.247	14.968	2.247	14.968
Concessionárias		562	1.200	562	1.200
Rendas a receber	5	25.065	19.215	25.065	19.215
		<u>105.565</u>	<u>70.078</u>	<u>105.565</u>	<u>70.078</u>
Passivos Financeiros					
Outros ao custo amortizado					
Fornecedores		2.298	4.762	2.298	4.762
Uso do bem público		41.648	39.949	49.971	48.113
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12				
Moeda nacional		84.231	89.318	84.231	89.318
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		359	351	359	351
		<u>128.536</u>	<u>134.380</u>	<u>136.859</u>	<u>142.544</u>

20.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

20.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 30 de junho de 2016 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	11.874	11.874	2.968	5.937	(2.968)	(8.937)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	406	406	102	203	(102)	(203)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	12.280	12.280	3.070	6.140	(3.070)	(9.140)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhado com a expectativa da Administração da Companhia, com intervalos entre 9,75% e 14,25% a.a..

20.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia, em 30 de junho de 2016, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a determinadas usinas hidrelétricas, dentre elas a UHE Lajeado, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio. Em um período prolongado de escassez de chuva resulta-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia da parcela de risco hidrológico não coberta pela CCRBT ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramenta o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 30 de junho de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	30/06/2016					31/12/2015	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	118	1.402	778			2.298	4.762
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				359		359	351
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			2.360	18.503	63.368	84.231	89.318
Uso do bem público	368	731	3.318	15.873	29.681	49.971	48.113
	<u>486</u>	<u>2.133</u>	<u>6.456</u>	<u>34.735</u>	<u>93.049</u>	<u>136.859</u>	<u>142.544</u>

20.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**21 Compromissos contratuais e Garantias****21.1 Compromissos contratuais**

Em 30 de junho de 2016 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	30/06/2016				31/12/2015	
	Julho/2016 a Junho/2017	Julho/2017 a Junho/2019	Julho/2019 a Junho/2021	A partir de Julho/2021	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	225	89			314	396
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	33.944	19.522	5.531	1.259	60.256	41.116
Prêmio de risco - GSF				250	250	735
	34.169	19.611	5.531	1.509	60.820	42.247

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de junho de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	30/06/2016				31/12/2015	
	Julho/2016 a Junho/2017	Julho/2017 a Junho/2019	Julho/2019 a Junho/2021	A partir de Julho/2021	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	188	86			274	388
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	28.457	18.899	6.413	1.860	55.629	35.470
Prêmio de risco - GSF				335	335	820
	28.645	18.985	6.413	2.195	56.238	36.678

21.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	30/06/2016	31/12/2015
Aval de acionista	Seguro de vida	10.485	8.068
Fiança bancária	Ações judiciais	635	635
Recebíveis	Compra de energia	21.717	20.293
	Outros	47	50
Seguro garantia	Ações judiciais	5.739	
		38.623	29.046

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de julho de 2016

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investco S.A., no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Relatório dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 30 de junho de 2016, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas para aprovação no Conselho de Administração.

São Paulo, 21 de julho de 2016.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

CHRISTIANO CHAGAS MONTEIRO DE MELO

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 20 de julho de 2016, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2016.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DIONE DA SILVA FREITAS

Diretor Administrativo

CASSIO CARVALHO PINTO VIDIGAL

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 20 de julho de 2016, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2016, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DIONE DA SILVA FREITAS

Diretor Administrativo

CASSIO CARVALHO PINTO VIDIGAL

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle